

# SP pagará família que cuidar de menor

## Para vereadora petista, projeto traz riscos

DA REPORTAGEM LOCAL

Professora da Faculdade de Assistência Social da PUC-SP, a vereadora Aldalza Sposati (PT) afirma que o projeto família-guardiã pode ter resultados positivos, mas também traz riscos.

"Esse sistema exige um acompanhamento eficiente para evitar que se transforme em um negócio."

A vantagem de um programa como esse, afirma, é o tratamento mais individualizado ao menor.

Aldalza afirma que a remuneração de famílias para a guarda da criança é usado no Brasil há pelo menos 25 anos, com acompanhamento dos Juizados da Criança e do Adolescente. A novidade seria a realização do sistema em maior escala.

Em Franca (400 km de São Paulo), a prefeitura fornece desde 1998 suprimentos, como fraldas, a 12 famílias que cuidam de menores. No próximo ano, a prefeitura passará a pagar em dinheiro. "Temos de ter muito cuidado para não deixar acontecer exploração", diz a coordenadora de desenvolvimento social, Lucinéia Coelho.

O presidente da Febem, Saulo de Castro Abreu, que ontem foi à Prefeitura de São Paulo cobrar ações de assistência ao menor, apóia o projeto. "Mas até agora nada saiu do papel."

O Estado chegou a fechar o SOS Criança neste ano, responsável pela assistência ao menor em situação de risco, uma vez que o serviço é atribuição do município. Como a prefeitura ainda não tinha condições de assumir a tarefa, o SOS foi reaberto.

O MENOR EM SITUAÇÃO DE RISCO EM SP



Crianças limpam pára-brisa de caminhão na avenida Salim Farah Maluf

Editoria de Arte/Folha Imagem

**10 mil** crianças passam o dia nas ruas de São Paulo mas voltam para casa

**600** menores vivem nas ruas e não têm lar

**5.300** das **10.600** crianças que passam o dia nas ruas ou vivem nelas são de municípios da Grande São Paulo

**R\$ 1.000** são gastos por mês com uma criança em um abrigo conveniado da prefeitura

**2.700** crianças vivem em abrigos da prefeitura ou do Estado na cidade de São Paulo

**R\$ 360** é quanto a prefeitura pagaria para a primeira criança alugada pela família-guardiã\*

\*A partir de agora pretende pagar um salário mínimo (R\$ 180) por cada criança adicional. As famílias só abrigam se mais de um criança se elas forem bem-sucedidas.  
Fonte: IAS (Secretaria da Assistência Social)

FABIANE LEITE  
DA REPORTAGEM LOCAL

A Prefeitura de São Paulo vai pagar pelo menos dois salários mínimos mensais (R\$ 360) para que "famílias-guardiãs" cuidem de menores em situação de risco.

O alvo do projeto são crianças e adolescentes de 0 a 18 anos que não têm condições de ficar com suas famílias, como vítimas de violência e abandonados por pais sem condições financeiras.

A prefeitura calcula que 10.600 menores perambulam pelas ruas hoje em São Paulo, dos quais 600 não têm mais um lar. Outros 2.700 vivem em abrigos.

A proposta, que faz parte de um conjunto de ações para a municipalização da assistência ao menor em situação de risco, é considerada boa por especialistas que, no entanto, apontam a necessidade de uma fiscalização rigorosa para evitar a mercantilização.

A lógica da prefeitura é a seguinte: hoje a criança que não tem como ficar com a família vai para um dos 79 abrigos conveniados do Estado e da prefeitura. O mu-

nicipio paga cerca de R\$ 1.000 per capita nesses locais.

Com as famílias-guardiãs, a prefeitura gastará pouco mais de um terço desse valor e ainda oferecerá o convívio familiar ao menor. A idéia é enviar cada vez menos crianças e jovens aos abrigos.

As famílias interessadas terão de passar por uma análise sócio-econômica, cultural e psicológica e treinamento, feitos pelos técnicos da prefeitura, além do crivo dos juizes da infância e juventude, afirma o secretário da Assistência Social, Evilásio Farias (PSB), que deixa o cargo em breve para tentar a reeleição como deputado federal. Depois, os guardiões serão supervisionados pela pasta. O número de famílias dependerá da quantidade de interessadas.

De acordo com Farias, as famílias serão preferencialmente parentes ou pessoas próximas dos menores, como vizinhos. Deverão cuidar de apenas um menor. Segundo o secretário, uma família só deverá cuidar de mais de um se o segundo acolhido for irmão do primeiro. Os guardiões receberão R\$ 180 por menor adicional. "Não

queremos separar irmãos", afirma. Para Farias, isso também vai limitar a mercantilização.

O projeto foi inspirado em iniciativas semelhantes, como a da administração petista de Franca (400 km de São Paulo). "Para quem está sem os pais, é melhor do que o abrigo", diz Farias.

No próximo ano, o município assume todas as ações de assistência social. Passará a cuidar de abrigos, asilos e outros equipamentos do Estado e de um orçamento de R\$ 40 milhões. Segundo Farias, a municipalização da área de assistência à criança e ao adolescente será concluída no primeiro semestre de 2002.

Serão criadas cinco centrais de referência que farão o encaminhamento dos menores. Anexadas a essas centrais, haverá casas de passagem. Se o menor não puder voltar para a sua família, poderá ser acolhido pela família-guardiã ou pelos abrigos.

O pagamento à família-guardiã ocorrerá até que a criança possa retornar à família verdadeira. Caso contrário, se estenderá até que o menor complete 18 anos.

**16 Dias**  
**OFERTAS INGRÍVEIS**  
**Aproveite!!!**

**TV 29" ESTÉREO SAP**  
R\$ 999  
**4x 249,**

